

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: A Secretária de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 209198/2023** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa CM HOSPITALAR S.A, CNPJ 12420164000904 a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 2.268,00 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 14431/2023 – Edital nº 1227/2022.

Cod. Mat.: 950037

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: A Secretária de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 209212/2023** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa CM HOSPITALAR S.A, CNPJ 12420164000904 a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 8.640,00 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 17033/2023 – Edital nº 2172/2022.

Cod. Mat.: 950038

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: A Secretária de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 141234/2023** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa Globalmed Suporte de Material Terapêutico Ltda, inscrita no CNPJ sob o n. 02.988.857/0001-97 a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 14.344,56 por descumprimento Ata n. 82/2023, Edital PE n. 2679/2022.

Cod. Mat.: 950016

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: A Secretária de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 140294/2023** e em consonância com o inc. II do art. 87 da Lei 8.666/93 e inc. III do art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa LABORATÓRIO GIMENES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.016.892/0001-81, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 3.662,41 por descumprimento Contrato n. 060/2023 – DL nº 2089/2022.

Cod. Mat.: 950017

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: A Secretária de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 173426/2023** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa Cientificalab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda, inscrita sob o CNPJ n. 04.539.279/0001-37, a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento do contrato n. 156/2023 (DL), edital n. 2699/2022.

Cod. Mat.: 950020

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: A Secretária de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 182058/2023** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa CV MEDICAL EIRELI ME, CNPJ 22888698000166 a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 9.772,01 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 14819/2023 – Edital nº 1458/2022.

Cod. Mat.: 950024

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:  
**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2023TR001204.**  
**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Associação Franciscana São José de Urubici, mantenedora do Hospital São José de Urubici, com sede no Município de Urubici. **OBJETO:** Auxiliar no custeio e manutenção das atividades com a finalidade de oferecer melhor assistência e manter a qualidade no atendimento aos usuários do SUS. **VALOR DOS RECURSOS:** Total de R\$ 150.513,92 (cento e cinquenta mil e quinhentos e treze reais e noventa e dois centavos), por parte do CONCEDENTE, em parcela única. **DOS RECURSOS:** As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0220 – 011328 – 3 – 33 – 50 – 41, Programa Transferência: 2022011771, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 33504102, conforme Nota de Empenho nº 2023NE026132, de 26/10/2023, constante no processo SCC 18473/2022. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 31 de dezembro de 2023, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 26 de outubro de 2023. **SIGNATÁRIOS:** Carmen Emília Bonfá Zanotto, pela SES e Geraldo Arante, pela Associação.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:  
**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2023TR001231.**  
**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Fundação Pró Rim, com sede no Município de Joinville. **OBJETO:** Auxiliar no custeio e manutenção dos serviços de saúde com a finalidade de oferecer melhor atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. **VALOR DOS RECURSOS:** Total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por parte do CONCEDENTE, em parcela única. **DOS RECURSOS:** As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0220 – 011328 – 3 – 33 – 50 – 41, Programa Transferência: 2023012290, Fonte dos Recursos: 1.600.223.501, Natureza da Despesa: 33504102, conforme Nota de Empenho nº 2023NE026761, de 06/11/2023, constante no processo SCC 14689/2023. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 30 de junho de 2024, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 06 de novembro de 2023. **SIGNATÁRIOS:** Carmen Emília Bonfá Zanotto, pela SES e Maycon Truppel Machado, pela Fundação.

Cod. Mat.: 950301

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:  
**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2023TR001180.**  
**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Fundação Hospitalar de Curitibabanos, mantenedora do Hospital Hélio Anjo Ortiz, com sede no Município de Curitibabanos. **OBJETO:** Aquisição de Aparelho de Densitometria Óssea em favor da Fundação Hospitalar Municipal de Curitibabanos – Hospital Hélio Anjos Ortiz - localizado no município de Curitibabanos, com a finalidade de oferecer melhor atendimento aos usuários do SUS da região. **VALOR DOS RECURSOS:** Total de R\$ 406.000,00 (quatrocentos e seis mil reais), por parte do CONCEDENTE, em parcela única. **DOS RECURSOS:** As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0400 – 1076 – 014240 – 4 – 44 – 50 – 42, Programa Transferência: 2023011939, Fonte dos Recursos: 1.500.100.000, Natureza da Despesa: 44504201, conforme Nota de Empenho nº 2023NE025801, de 24/10/2023, constante no processo SCC 5472/2023. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 30 de abril de 2024, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 24 de outubro de 2023. **SIGNATÁRIOS:** Carmen Emília Bonfá Zanotto, pela SES e Marcelo Antônio Pasolini, pela Fundação.

Cod. Mat.: 950305

**NOTIFICAÇÃO DA DIRETORIA/GEIMP/DIALI Nº. 044/2023**  
A Diretora de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e considerando o disposto, no Arts. 12 e 30 da Lei Estadual Nº 6.320/1983; e o Art. 29 caput do Decreto Estadual Nº 23.663/1984 torna pública a **SUSPENSÃO DE FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, USO, APREENSÃO E INUTILIZAÇÃO do produto constante no ANEXO I:**

ANEXO I		
PRODUTO/ MARCA	EMPRESA/ CNPJ do rótulo	MOTIVO DETERMINANTE
<b>Produto:</b> Suplemento alimentar de vitamina C sabor natural de Aloe vera em cápsulas, 500mg <b>Marca:</b> Mundo aloe <b>Peso:</b> 15g, 30 cápsulas <b>Lote:</b> TODOS	NATURAMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS, BEBIDAS E COSMÉTICOS LTDA Rua da Natureza, s/n, Fazenda Cafezal, Estrada Geral, Santa Rita, Paulo Lopes/SC, CEP 88490-000 CNPJ 05.458.998/0001-96	Medida motivada por fabricar e comercializar o produto utilizando como ingrediente Aloe vera, ingrediente não permitido para suplementos alimentares, com falhas de boas práticas de fabricação constatadas em inspeção, fabricação sem responsável técnico, uso de saneantes vencidos, sem controle de qualidade e segurança de matéria-prima e produto final, sem rastreabilidade, sem testes de estabilidade, sem liberação de ingrediente para a categoria pela ANVISA, considerado como produto irregular sem registro, configurando infração sanitária e engano ao consumidor.

<b>Produto:</b> Suplemento de vitamina C, líquido <b>Marca:</b> Mundo aloe <b>Peso:</b> 500ml <b>Sabor:</b> Aloe vera; Aloe vera e uva; Aloe vera e pêssego; Aloe vera e laranja <b>Lote:</b> TODOS	MUNDO ALOE BIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS, BEBIDAS E COSMÉTICOS LTDA Rua da Natureza, s/n, Fazenda Cafezal, Estrada Geral, Santa Rita, Paulo Lopes/SC, CEP 88490-000 CNPJ 05.458.998/0001-96	Medida motivada por fabricar e comercializar o produto utilizando como ingrediente Aloe vera, ingrediente não permitido para suplementos alimentares, com falhas de boas práticas de fabricação constatadas em inspeção, fabricação sem responsável técnico, uso de saneantes vencidos, sem controle de qualidade e segurança de matéria-prima, da água e do produto final, sem rastreabilidade, sem testes de estabilidade, sem liberação de ingrediente para a categoria pela ANVISA, considerado como produto irregular sem registro, configurando infração sanitária e engano ao consumidor.
---	---	--

1.Determinar aos órgãos competentes da Vigilância Sanitária das Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Santa Catarina, que fiscalizem os estabelecimentos de comércio de alimentos para verificar o cumprimento da referida notificação.  
2.Determinar aos locais de comércio que retirem o produto da exposição ao consumidor.  
3.Determinar que a empresa fabricante realize o recolhimento do produto.  
4.O não cumprimento do disposto nesta Notificação configura infração de natureza sanitária, com sanções previstas na Lei Estadual nº. 6.320/1983.  
Esta Notificação entrará em vigor na data de sua publicação.  
**Publique-se.**  
Florianópolis, 08 de novembro de 2023.  
Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj

Cod. Mat.: 950092

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:  
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2023TR001010.**  
**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Associação Beneficente Frei Rogério, mantenedora do Hospital Frei Rogério, com sede no município de Anita Garibaldi. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2023TR001010 fica prorrogado até 30 de junho de 2024, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Convenente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 06 de novembro de 2023. **SIGNATÁRIOS:** Carmen Emília Bonfá Zanotto, pela SES e José Matos, pela Associação.

Cod. Mat.: 950116

## SEGURANÇA PÚBLICA

### Polícia Militar

**Portaria nº 927/PMSC de 08/11/2023.**  
**DESIGNO,** com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 7º do Decreto nº 1274/21 e LC 767/2020, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **CARLOS ALBERTO LOPES, 2º SARGENTO PM RR Mat. 910915-3, à contar de 09/11/2023.**

**Aurélío José Pelozato da Rosa**  
Coronel PM Comandante Geral da PMSC

Cod. Mat.: 950158

**Portaria nº 929/PMSC de 08/11/2023.**  
**DESIGNO,** com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art.